DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO DA SANTA SÉ

Segunda-feira, 12 de Janeiro de 1981

Excelências, Senhoras, Senhores

1. O digníssimo Decano dos Embaixadores acaba de exprimir os sentimentos que invadem os vossos corações, de vós todos, membros do Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, neste encontro sempre tão solene e tão significativo ao iniciar-se o novo ano. Agradeço-lhe de todo o coração as suas nobres expressões e, juntamente consigo, agradeço a todos a vossa presença nesta troca de bons votos. Saúdo, convosco igualmente, as vossas esposas, que vos acompanharam para este amável acto que muito aprecio. Quero saudar também de longe todas as vossas famílias. Saúdo os vossos colaboradores, que formam a equipa eficaz e organizada de cada uma das vossas Embaixadas. *E saúdo sobretudo as populações dos vossos países*, *que representais tão dignamente na vossa delicada cerimónia*. Sim, estão aqui, espiritualmente perto de nós e gosto de os sentir assim —, todos os povos do mundo, mesmo aqueles que, infelizmente, não têm representante oficial junto do humilde Sucessor de Pedro. Sinto-os muito perto, e revivo pelo pensamento os encontros que me alegrei de ter com alguns dentre eles, durante as minhas viagens, especialmente no ano que terminou há pouco. Todos os povos deveriam encontrar-se aqui, porque é aqui a casa de todos. *A vocação universal da Igreja abrange, com efeito, cada um dos povos*. E portanto a todos que eu dirijo a minha saudação e os meus votos, por um nova ano sereno e activo, rico das bênçãos de Deus todo-poderoso.

2. Apraz-me rever nesta ocasião, com as fisionomias bem conhecidas dos Embaixadores acreditados há vários anos, os novos Chefes de Missão que principiaram oficialmente o seu cargo diplomático junto da Santa Sé durante o ano passado, e até nestes últimos dias. São 23 em número e representam a República Dominicana, o Gabão, a Jamaica, o Uganda, a Indonésia, a Nicarágua, São Marinho, a República Popular do Congo, a Grã-Bretanha, a Grécia, a Irlanda, a

Austrália, a República Centro-Africana, a Venezuela, o Egipto, a Bélgica, a Espanha, a Colômbia, Madagáscar, o Iraque, o Mali, o Japão e a Áustria. Entre eles, como já tive ocasião de sublinhar diante do Sacro Colégio antes do Natal, há Embaixadores de países que, pela primeira vez na sua história, estabeleceram relações diplomáticas com a Santa Sé. Vêm juntar-se à vossa grande família — porque, bem o sei, o Corpo Diplomático junto da Santa Sé é verdadeira família —, e inscrevem-se assim na linha de continuidade que dá significado muito particular à presença oficial, na casa do Papa, de representantes dos povos do mundo inteiro junto dele e dos seus colaboradores directos.

É continuidade que persiste e se aprofunda, continuidade que favorece a compreensão mútua entre a Sé de Pedro e cada um dos vossos governos e dos vossos povos, continuidade que anima o apoio recíproco nas causas da paz, da defesa do homem e do desenvolvimento da vida das nações. Tal continuidade exprime bem as relações de amizade, de estima e de colaboração com todas as nações do mundo, que a Santa Sé deseja manter, num espírito pacífico e respeitoso, com os responsáveis da vida pública.

3. A vinda ao Vaticano de alguns Chefes de Estado põe bem em relevo esta realidade. Evoco com grande prazer as visitas realizadas no ano findo pelo Presidente da República do Senegal, pelo Grão-Duque e a Grã-Duquesa do Luxemburgo, pelo Presidente da República de Chipre, pelo Presidente da República da Tanzânia, pelo Rei Hassan de Marrocos, pelo Presidente da República de Portugal, pelo Presidente dos Estados Unidos da América, pelo Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar de Malta, pelo Rei Hussein da Jordânia, pelos Capitães-Regentes da República de São Marinho, pelo Presidente da República do Zaire, pelo Presidente da República do Mali, pela Rainha Isabel da Inglaterra, pelo Príncipe Reinante de Liechtenstein, pelo Príncipe e pela Princesa da Suécia, pelo Presidente da República da Serra Leoa, e pelo Presidente da Presidência da República da Jugoslávia.

Lembro-me igualmente das visitas de outras personalidades dos governos de diversos Estados e de Organizações internacionais.

Na variedade das situações históricas, estas presenças de altas autoridades junto do humilde Sucessor de São Pedro sublinham o desejo mútuo de aprofundarem os laços de um entendimento de que beneficiam os povos no meio dos quais a Igreja vive e quer servir o homem.

4. Penso, portanto, que este encontro anual convosco, membros ilustres do Corpo Diplomático, representa momento particularmente significativo do meu ministério pastoral. Com a vossa presença, tenho de facto à vista toda a comunidade internacional, com a fisionomia e a composição bem variadas. Vós sois verdadeiro "forum" que me traz à memória os encontros com representantes dos povos na ONU, na FAO e na UNESCO; *são com razão as vossas próprias comunidades, e também a comunidade inteira das diversas nações do mundo, que tenho diante dos olhos*.

Quando realizo viagens pastorais nas diferentes regiões do mundo, sinto a experiência de *uma dupla realidade*: por um lado, as populações que se encontram, trazendo o seu peso de história e de vida, que se exprime na fé religiosa, na cultura, nas convicções, nas esperanças e mesmo nos sofrimentos, tudo coisas em que a Igreja, comunidade de crentes, está profundamente inserida como parte, mais ou menos extensa, desta realidade humana; por outro lado, os representantes e os responsáveis da vida institucional de cada pais, as Autoridades governamentais, cone quem pude ter cada vez encontros e colóquios úteis.

Esta dupla realidade corresponde ao *duplo diálogo* que, na minha missão de Pastor universal, sinto a obrigação de manter constantemente: um trava-se com o *homem da vida concreta*, para reavivar nele a força animadora da palavra evangélica, ou pelo menos para lha anunciar, a fim de que ele a conheça e determine a própria atitude a seu respeito; o outro diálogo dirige-se *aos responsáveis da vida política e social*, para oferecer simples cooperação, desinteressada, às grandes causas que interessam à vida da humanidade: a paz, a justiça, os direitos da pessoa e o bem comum.

5. Estou convencido que, procedendo assim, a Santa Sé, longe de se intrometer em campos que não sejam os seus, dá apenas expressão concreta à missão universal da Igreja, que se dirige a todos os homens, está espalhada em todas as regiões da terra, e é por natureza solidária de todos os seres humanos, homens e mulheres, especialmente dos pobres e dos que sofrem. As suas vicissitudes históricas durante perto de dois milénios, através de tantas gerações, e a experiência vivida entre os grupos humanos mais diversos, de origem e de civilizações tão diferentes, dão à Igreja grande facilidade de aproximação e diálogo sobre muitos problemas.

Éverdade que a sociedade civil não coincide com a sociedade religiosa, e que as duas missões, a da Igreja e a do Estado, devem manter-se claramente distintas. Mas é também verdade que a Igreja e o Estado se ordenam para o bem — espiritual por um lado, temporal pelo outro — das pessoas humanas, e que o seu diálogo mútuo, respeitoso e leal, longe de perturbar a sociedade, a enriquece pelo contrário.

Que vem oferecer a Igreja? No *diálogo bilateral*, com os governos, ela põe à disposição destes o contributo de uma instituição que mantém no lugar de honra os mais altos valores do homem e nunca se pode sentir estranha a nenhum dos problemas debatidos, seja em que contexto social for. Mesmo quando ela encontra obstáculos diante de si, quando sofre constrangimentos ou quando é perseguida, a Igreja não deixa de ser *"interna", bem enraizada na realidade global do país em que vive e solidária com a mesma*. Eis o motivo por que a Santa Sé, como eu disse, se sente unida a cada povo, a cada nação. É também motivo por que os representantes diplomáticos acreditados junto da Santa Sé não podem — mesmo se não são católicos ou cristãos — sentir-se "estrangeiros" na casa do Pastor universal; do mesmo modo que o Papa, quando visita os diversos países, se sente "em sua casa" em cada nação que o recebe.

6. Esta realidade global que a Igreja tem sempre diante dos olhos, a qual constitui o denominador comum da vida de cada um dos povos do mundo, é a cultura e a vida espiritual deles, sob qualquer forma que ela se manifeste. Falando de realidade global, de vida espiritual, o meu pensamento desejaria deter-se este ano, neste colóquio convosco, sobre o dever, que pertence a todos os responsáveis, de defender e garantir a todo o preço a cultura entendida neste sentido muito vasto.

A cultura é a vida do espírito; é a chave que dá acesso aos segredos mais profundos e mais ciosamente guardados da vida dos povos; é a expressão fundamental e unificadora da existência deles, porque na cultura se encontram as riquezas, eu diria quase inexprimíveis, das convicções religiosas, da história, do património literário e artístico, do substrato etnológico, das atitudes e da "forma mentis" dos povos. Em resumo, dizer "cultura", é exprimir numa só palavra a identidade nacional que forma a alma destes povos e sobrevive apesar das condições adversas, das provas de toda a espécie, dos cataclismos históricos ou naturais, mentendo-se una e compacta através dos séculos. Em função da cultura e da vida espiritual, cada povo distingue-se do outro, que ele é por outro lado chamado a completar, fornecendo-lhe o contributo específico de que o outro tem necessidade.

7. No meu discurso na sede da Unesco, a 2 de Junho em Paris, realcei esta realidade: se a cultura é a expressão por excelência da vida espiritual dos povos, não deve nunca separar-se de todos os outros problemas da existência humana, quer sejam da paz, da liberdade, da defesa, da fome, do emprego, etc. A solução destes problemas depende da maneira correcta de compreender e situar os problemas da vida espiritual, que assim condiciona todos os outros e se vê condicionada por eles.

E a cultura, entendida neste sentido largo, que assegura o crescimento dos povos e lhes preserva a integridade. Se a esquecemos, vemos caírem as barreiras que salvaguardam a identidade e a verdadeira riqueza dos povos. Como disse nessa altura, "a Nação é, com efeito, a grande comunidade dos homens que estão unidos por laços diversos, mas sobretudo, precisamente, pela cultura. A Nação existe *'pela' cultura e 'para' a cultura*, e ela é portanto a grande educadora dos homens para eles poderem 'ser mais' na comunidade. É esta comunidade que possui uma história a ultrapassar a história do indivíduo e da família. É também nesta comunidade, em função da qual toda a família educa, que a família começa a sua obra de educação pelo que é mais simples, a língua, permitindo assim ao homem, que está nos seus princípios, aprender a falar para tornar-se membro da comunidade que é a sua família e a sua nação... As minhas palavras traduzem uma experiência particular, *um testemunho particular no seu género*. Sou filho de uma nação que viveu as maiores experiências da história, condenada repetidamente à morte pelos vizinhos, mas que sobreviveu e continuou ela mesma. Conservou a sua identidade, e conservou, apesar das partilhas e das ocupações estrangeiras, a sua soberania nacional, não se apoiando nos recursos da força física, *mas unicamente na cultura*. Esta cultura revelou-se, nessas circunstâncias, de um poder maior que todas as outras forças. O que eu agora digo, a respeito do

direito da nação ao fundamento da sua cultura e do seu futuro, não é, portanto, o eco de nenhum "nacionalismo", mas trata-se sempre de um elemento estável da experiência humana e *das perspectivas humanas do desenvolvimento do homem*. Existe uma soberania fundamental da sociedade que se manifesta na cultura da nação. Trata-se da soberania pela qual, ao mesmo tempo, o homem é soberano no mais alto grau. E quando me exprimo assim, penso igualmente, com profunda comoção interior, nas culturas de tantos povos antigos que não cederam quando se encontraram enfrentados com as civilizações dos invasores: e elas mantêm-se ainda para o homem como fonte do seu "ser" de homem, na verdade interior da sua humanidade. Penso também com admiração *nas culturas das novas sociedades*, das que despertam para a vida na comunidade da própria nação — exactamente como a minha nação despertou para a vida há dez séculos —, e que lutam por manter a sua própria identidade e os seus próprios valores contra as influências e as pressões de modelos propostos de fora" (n. 14: *AAS* 72, 1980, pp. 744-745).

Neste sentido pode dizer-se que a cultura é o fundamento da vida dos povos, a raiz da sua identidade profunda, o suporte da sua sobrevivência e da sua independência.

8. Mas isto vale tanto mais para os povos, quanto a cultura é a expressão mais elevada da vida de cada um dos homens. O homem, disse eu ainda na Unesco, é "*o facto primordial e fundamental da cultura*" (n. 8: *ibid*., p. 739). É ela que unifica os elementos de que o homem é composto, elementos que se completam mutuamente, embora estando por vezes numa tensão recíproca profunda: espírito e corpo. Um não pode ultrapassar os seus limites à custa do outro; e o que assegura este difícil equilíbrio — com a graça de Deus —, é precisamente a vida global do homem, a cultura, que eu gostei de definir em Paris como "sistema autenticamente humano, síntese esplêndida do espírito e do corpo" (*ibid*., p. 740).

A história bimilenária da Igreja, bem o sabemos, entrecruza-se com as mais altas expressões da vida espiritual e cultural das diversas nações do antigo e do novo mundo, e a Igreja segue hoje com particular atenção, como o sublinhei na minha viagem à Africa, o delicado processo de valorização das culturas autóctones. Eis porque ela toma a peito a mais extensa gama de valores que a palavra "cultura" contém e significa. No discurso que dirigi aos vossos colegas do Corpo Diplomático no Quénia, empenhei-me em fazer notar que "o caminho que deve seguir a comunidade humana, na sua busca do sentido profundo da própria existência, é o caminho da verdade sobre o homem na sua totalidade" (*Nairóbi, 6 de Maio de 1980*: *AAS* 72, 1980, p. 482).

Pois bem, caros Senhores, do mesmo modo que sucede convosco e com os vossos governos, é o homem completo, formado de espírito e de corpo, que a Igreja toma a peito, segundo a missão recebida do seu Fundador: isto engloba os problemas e os interesses deles, tanto no plano espiritual como no material, porque sem este último o primeiro não se pode desenvolver de maneira adequada.

9. Nesta grandiosa visão unitária, a Santa Sé sente-se solidária com todas as grandes iniciativas

que procuram resolver os problemas da humanidade: *antes de tudo, no que diz respeito ao plano material*, os socorros generosos e eficazes levados aos povos das regiões que sofrem fome, sede e outras calamidades — e exprimo de novo aqui toda a minha solidariedade com a região provada do Sahel, para a qual não deixo de olhar com atenção particular —; o impulso dado ao desenvolvimento da agricultura para assegurar uma alimentação suficiente; a acção sanitária contra as doenças, especialmente em favor da infância e das pessoas mais pobres; a distribuição mais equitativa dos recursos, não só materiais mas também tecnológicos e científicos, para oferecer às populações possibilidades cada vez mais concretas de serem as promotoras da sua própria vida e do seu desenvolvimento.

Materialmente, a Santa Sé tem meios bem limitados para concorrer para isto; mais considerável é a contribuição que estão habilitadas a oferecer as organizações católicas dos diversos países, ou as que têm carácter internacional. Mas eu julgo que o conjunto dos povos, constantemente e antes que tudo, espera da Santa Sé *a oferta de uma força espiritual* tendente a animar e a suscitar, de maneira mais eficaz, a cooperação internacional, que se encontra já em campo nas instituições apropriadas, coma a FAO, a Unesco e a OMS.

10. Precisamente, é no plano espiritual que se exerce em especial a solicitude da Igreja, porque é lá que se jogam o destino eterno dos homens e a vida ordenada dos povos.

É necessário citar antes de tudo o problema fundamental da paz; polariza todos os esforços dos homens de boa vontade, e a Igreja oferece-lhe as suas palavras de ânimo por todos os meios de que dispõe, sobretudo sensibilizando as consciências no plano mundial sobre a obrigação de defenderem este bem frágil e ameaçado, que é todavia prioritário a todos os níveis. No discurso aos Cardeais de Dezembro último, falei longamente da acção desenvolvida pela Igreja neste campo. Seja-me permitido recordar também aqui a celebração anual do Dia da Paz: oferece-me sem dúvida a oportunidade de vos agradecer publicamente a colaboração que prestastes aos vossos Governos e a presença que assegurais praticamente todos, cada ano, celebrando este Dia comigo na Basílica de São Pedro.

Em matéria de defesa da paz, *o papel da Santa Sé exerce-se nas tensões e nas crises da vida internacional*. Nisto ainda, quer-se ela inspirar sempre numa visão global do bem comum. Não se faz sem dificuldades, por causa das posições contrárias que as partes mantêm. Por um lado, a Santa Sé quer estar cheia de atenção e de respeito pelas razões subjectivas que invoca em seu favor cada uma das partes ou que ela põe em evidência; por outro lado, há também a complexidade dos aspectos altamente técnicos, ou a falta de dados verificáveis. Tudo isto faz que a Santa Sé deva bastantes vezes abster-se de exprimir juízo contrário sobre as teses que se defrontam. É o caso, entre outros, do *desarmamento*.

A Santa Sé está profundamente convencida e pôde-o repetir em numerosas ocasiões que a corrida aos armamentos é ruinosa para a humanidade e que, bem longe de diminuir a ameaça

que pesa sobre a segurança e a paz mundial, a aumenta. Insiste ela nos elementos fundamentais que tornam possível e realista um acordo que faça renunciar à corrida para os meios de destruição, sempre novos e cada vez mais poderosos. Esses elementos são e*specialmente um clima de maior confiança*, que pode nascer do desanuviamento efectivo e global nas relações internacionais; o respeito das *prerrogativas de todos os povos*, embora sejam pequenos e se encontrem desarmados, prerrogativas fundadas na identidade cultural deles; e a colaboração sincera para melhorar "a componente humana da paz", representada antes de tudo pelo respeito dos direitos do homem.

Neste contexto, é de todo lógico perguntarmo-nos se verdadeiramente a paz deve medir-se só pela ausência de enfrentamento directo entre as maiores Potências. A comunidade internacional pode acaso resignar-se com a prolongação *de uma guerra tão encamisada como a que dura há vários meses entre o Iraque e o Irão?* As vítimas que nela perdem a vida, os povos submetidos a sofrimentos e privações, os recursos que empobrecem num e noutro país, tudo isto bastará para despertar a consciência dos governantes e elos povos que assistem sem reagir a este drama?

11. A Santa Sé está portanto convencida que é, antes de tudo, "a alma da paz" que deve ser reforçada, quer dizer, uma melhor relação entre os Estados, obtida pelo melhoramento da condição humana das pessoas e dos povos no gozo das suas liberdades e dos seus direitos fundamentais, tais como os apresentam as diversas civilizações. Por isso, da mesma maneira que foi levada a participar na *Conferência de Helsínquia* sobre a segurança e a cooperação na Europa, a Santa Sé participa na reunião que se está a realizar em Madrid. É lógico que, em tal contexto, em Madrid como em Helsínquia e em Belgrado, a voz da Santa Igreja se eleve em favor do respeito *da liberdade religiosa, elemento fundamental para a paz dos espíritos*. Quis consagrar a este tema uma reflexão particular num documento enviado aos Chefes de Estado dos países signatários do Acto final de Helsínquia, reflexão que julgo aplicável, também num campo internacional mais vasto, a outros países e outros continentes.

Não se pode falar da liberdade religiosa — a forma mais elevada de liberdade espiritual que possa germinar do húmus da civilização e da cultura — se se abstrai do princípio que várias vezes recordei. Ei-lo: o homem integral é o primeiro sujeito da cultura, como é o seu único objecto e o seu fim (cf. *Discurso à Unesco*, n. 7: *AAS* 72, 1980, p. 738). Violando a liberdade religiosa, oprimindo-a, limitando-a ou abafando-a, faz-se ao homem a maior das afrontas, porque a dimensão espiritual e religiosa é a que dá a medida para qualquer outra grandeza humana. Efectivamente, um laço fundamental une a religião em geral, e em particular o cristianismo, às formas mais altas da cultura (cf. *ibid*., n. 9, p. 740). É o que asseguram os testemunhos inúmeros entre os quais basta recordar, quanto à Europa, a influência determinante que a figura e a obra dos santos patronos do nosso continente tiveram no desenvolvimento espiritual e material de povos tão diversos, mas, apesar disso, intimamente unidos por interesses espirituais comuns, aos quais consagraram a própria vida esses homens extraordinários que foram São Bento, no Ocidente, e os Santos Cirilo e Metódio, no Oriente. Apraz-me evocar a memória deles aqui,

durante o encontro deste dia, depois de se ter celebrado o primeiro em diversas circunstâncias solenes durante o ano findo, por ocasião do XV centenário do seu nascimento, e depois de os últimos terem sido recentemente proclamados, também eles, patronos da Europa, acontecimento favoravelmente acolhido neste continente e no mundo inteiro.

Por outro lado, é preciso sublinhá-lo, a herança característica dos outros continentes — embora com modelos culturais e históricos diferenciados — encontra também a sua origem e explicação na inspiração religiosa, humanista e ética, das diferentes religiões, como eu o realcei também na Unesco (cf. *ibid*., n. 9, p.740).

12. Quereria acrescentar outra reflexão sobre o plano espiritual, que interessa o desenvolvimento do homem na sua integridade como interessa também o progresso dos povos. Na minha recente encíclica *Dives in misericordia*, fiz notar que, entre as causas de inquietação que perturbam o homem contemporâneo, está "*uma espécie de abuso da ideia de justiça*" e mesmo "uma alteração prática" que se devem a que "muitas vezes os programas fundados na ideia de justiça e que devem servir à realização da mesma na vida social das pessoas, dos grupos e das sociedades humanas, sofrem na prática deformações. Embora continuem sempre a apelar para esta mesma ideia de justiça, a experiência mostra que muitas vezes forças negativas, como o rancor, o ódio e até a crueldade, se anteciparam a ela. Então, o desejo de reduzir a nada o adversário, de Limitar a sua liberdade, ou mesmo, de lhe impor uma dependência total, torna-se o motivo fundamental da acção; ora isto opõe-se à essência da justiça que, por natureza, tende a estabelecer a igualdade e o equilíbrio entre as partes em conflito" (*Dives in misericordia*, n. 12).

Tal "alteração" da justiça é experiência que a humanidade faz ainda hoje através das guerras, das revoluções ou das crises internacionais, a qual torna difícil, se não impossível, fazer progredir soluções pacíficas adequadas, estáveis e conformes à dignidade natural dos povos. Poder-se-ia aplicar este critério a quase todas as crises, e, em particular, às que parecem insolúveis ou crónicas. Entre elas, é preciso citar como típico *o problema do Próximo Oriente*. Como se há-de pensar, com efeito, no estabelecimento de uma paz estável se não se tem conta, numa medida igual, das exigências de todos os povos interessados, da sua existência e da sua segurança, como das possibilidades de lançar as bases de uma colaboração futura?

Aqui, é evidente que a reivindicação, com pretensões absolutas, do seu direito próprio não conduzirá nunca à paz, porque esta reivindicação pressupõe a negação, ou a diminuição excessiva, do direito de outrem; ao passo que só a *equidade*, isto é, a capacidade de equilibrar vantagens e renúncias, pelo lado de todas as partes interessadas, pode abrir o caminho a um acordo global para viver em comum. Isto significa que, como eu dizia na encíclica, não há justiça se não é completada pelo amor. Tal atitude de espírito é facilitada, se nos damos conta de que os povos, como as pessoas, têm *bens próprios e bens comuns*, e de que estes últimos não são divisíveis, mas só se pode *usar deles em comum*, fazendo a experiência de uma colaboração leal e confiante.

13. Uma alteração da justiça nota-se também *no processo de certas revoluções* quando, para transformar uma situação social julgada injusta e que o é efectivamente, muitas vezes se pretende impor um regime ideológico que está em contradição com, as convicções religiosas e éticas, antigas e profundas, dos povos interessados. Mas, posto de parte o facto de que não se podem trocar bens espirituais por bens materiais, trata-se de um falso dilema, porque é dever de consciência, para aquele que se inspira numa concepção cristã, promover eficazmente a justiça salvaguardando a fé e a liberdade, assim como os outros bens espirituais de um povo. Não se podem trair a identidade e a soberania dos povos, porque elas nascem do património espiritual próprio a cada um deles, que funda a sua dignidade e a sua nobreza, superiores a todo o interesses de partido. Formulo votos por que certas regiões atormentadas no mundo, tais como a América Latina, encontrem, nas suas raízes espirituais e humanas, a sabedoria e a força para avançarem para um são progresso, que não renegue o passado e seja penhor de verdadeira civilização.

Falando da América Latina, não posso deixar de chamar a atenção de todos para as negociações em curso entre a Argentina e o Chile, duas nações que desejaram a mediação da Sé Apostólica para a solução de um problema delicado que diz respeito à concórdia recíproca entre esses dois grandes e nobres países. O pedido de mediação foi sinal de boa vontade notória. Por isso, formulo votos e peço que se ore para que uma solução feliz venha coroar definitivamente tantos esforços de que resultou, durante a audiência de 12 de Dezembro passado, a entrega solene de proposições concretas aos dois Ministros das Relações Exteriores, acompanhados das suas Delegações respectivas.

14. Excelências, Senhoras e Senhores, os problemas que passei agora mesmo em revista convosco, considerando-os à luz superior da cultura, alma e vida dos povos, requerem solidariedade universal, que ultrapasse todas as hostilidades preconcebidas, as incompreensões ou as especulações económicas, que tornam hoje tão difícil e cheia de angústia a vida da comunidade internacional. A Igreja está disposta a desempenhar a parte que lhe toca, como se esforça por fazer habitualmente graças aos melhores dos seus homens. E quero citar aqui especialmente os missionários que trabalham em todas as latitudes no mundo inteiro, e também os homens comprometidos nas organizações internacionais e nos diversos organismos sociais.

Este trabalho imenso, que a Igreja e os que tendes como vossos responsáveis querem realizar em comum, resume-se numa só palavra: *o serviço do homem*. Vede qual deve ser a inspiração de hoje, o motivo fundamental da promoção da paz, do respeito recíproco e da concórdia internacional, que a Igreja quer favorecer com todas as suas forças sob o olhar de Deus, respeito e concórdia que Ela pede se efectuem por amor do homem.

Tais são os votos que vos dirijo, no princípio deste ano apenas começado, votos que vos peço transmitais aos vossos Governos. Oxalá o Ano Novo veja a comunidade internacional comprometer-se cada vez com maior sinceridade e eficácia no serviço do homem, do bem público

e não de interesses privados, numa fraternidade cada vez mais real, a que é fundada, para todos os povos, nos Laços comuns do respeito mútuo, a qual tem para os cristãos um fundamento único: Cristo, a Sua Encarnação, e a Redenção em favor dos Seus irmãos, os homens.

A vós todos de nova, às vossas famílias e às nações que representais, os meus votos mais cordiais e mais afectuosos.

Bom Ano!

© Copyright 1981 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana